ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA № 102

O FIM DA SUPREMACIA DA POLÍTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA INTERPRETAÇÃO DA TEORIA DE SISTEMAS

Armin Mathis

Belém, Agosto de 1998

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pósparticular graduação, visando em identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação conhecimentos científicos técnicos e disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.





Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz **Vice-reitor**Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Diretor Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto
Marilia Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis Edna Ramos de Castro Francisco de Assis Costa Gutemberg Armando Diniz Guerra Indio Campos Marilia Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 102

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O FIM DA SUPREMACIA DA POLÍTICA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA INTERPRETAÇÃO DA TEORIA DE SISTEMAS.

Armin Mathis

Resumo:

A teoria dos sistemas é sem dúvida uma das teorias, que nos últimos anos mais se desenvolveu ciências sociais. Em tempos de mudanças paradigmáticas - forçado ainda pelas profundas transformações da realidade social, deste o fim do "socialismo real" - as teorias de sistemas nutrem o seu charme por dois motivos. Por lado porque como meta-teorias elas possibilitam construções teóricas bem elaboradas - sem se "preocupar com a empiría". Por outro lado elas facilitam a comunicação interdisciplinar, devido a sua arquitetura teórica que mostra em vários pontos semelhanças com novos modelos explicativos surgindo nas ciências exatas nos últimos vinte anos.

Palavras-chave: Supremacia da política. Intervenção do Estado. Teoria de sistemas.

Introdução

A teoria dos sistemas é sem dúvida uma das teorias, que nos últimos anos mais se desenvolveu ciências sociais. Em tempos de mudanças paradigmáticas - forçado ainda pelas profundas transformações da realidade social, deste o fim do "socialismo real" - as teorias de sistemas nutrem o seu charme por dois motivos. Por lado porque como meta-teorias elas possibilitam construções teóricas bem elaboradas - sem se "preocupar com a empiría". Por outro lado elas facilitam a comunicação interdisciplinar, devido a sua arquitetura teórica que mostra em vários pontos semelhanças com novos modelos explicativos surgindo nas ciências exatas nos últimos vinte anos.

Antes de apresentar o estado da arte da teoria dos sistemas, na forma como ela foi elaborada pela escola de Bielefeld, tendo como seu mentor principal Niklas Luhmann e sua vasta obra, convêm relembrar rápidamente as principais mudanças no paradigma das teoria dos sistemas, desde Talcott Parsons *Social System*, publicado pela primeira vez em 1951.

Parsons, na suas primeiras obras, parte do princípio que todos os sistemas sociais se caraterizam por um certas estruturas e resta então pesquisar ou saber quais são as funções que o sistema tem que realizar para poder manter intactas essas estruturas. O que esta abordagem ficou devendo foi uma explicação porque sistemas sociais tem estruturas e porque essas estruturas são fixas.

Uma resposta (parcial) a essa pergunta foi dado por Buckley (1968) e Miller (1978). Eles interpretaram as estruturas de um sistema social com uma variável que se modifica à medida que o sistema tenta reagir a mudanças no seu meio, sempre procurando se adaptar da melhor forma possível às condições externas, para poder garantir a sua sobrevivência e o desempenho de suas funções.

A mudança no olhar, do interior do sistema para o meio, que se iniciou com os trabalhos de Buckley e Miller foi aprofundada por Luhmann que questionou a função de sistemas. Nessa abordagem o meio deixa de ser condicionante da formação do sistema e torna-se fator constitutivo. O sistema é agora entendido como resultado de um processo de definir fronteiras e/ou limites entre e dentro (do sistema) e/ou fora (do sistema) - istó como resultado de uma tentativa de compreender a complexidade do mundo. Destarte a análise dos sistemas se concentra na maneira como o sistema trabalha - internamente - a complexidade ao seu redor a fim de poder entendê-la e conviver com ela.

Sob o impacto das publicações de Maturana e Varela sobre autopoiesis no início dos anos 80 Luhmann incorporou vários aspectos desse pensamento no sua teoria sobre sistemas sociais, apresentado primeiramente em 1984 na sua obra *Soziale Systeme* e depois em vários estudos dos diferentes sub-sistemas da sociedade. Autopoiesis significa que um sistema complexo reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios elementos. Assim Luhmann foi um dos primeiros a tentar desta maneira incorporar nas

ciências sociais as mudanças paradigmáticas que ocorreram nas ciências exatas desde os anos 60, e que podem ser resumido sob o rótulo de auto-organização.

Auto-organização

Como marco inicial dessa mudança paradigmática se considera On Self-Organizing Systems and their environment de Heinz von Foerster publicado em 1960, uma obra ainda fortemente influenciada pela cybernética e os conceitos de informação de Shannon.

Quase no mesmo tempo, um químico, Ilya Prigogine, que trabalhou em Bruxelas sobre processos da termodinâmica não -linear formulou pela primeira vez o seu conceito das estruturas dissipativas, descrevendo processos de auto-organização longe do equilíbrio termodinâmico, usando energia e produzindo entropia. A termodinâmica não-linear não ficou restringida aos trabalhos de Prigogine e Glansdorff em Bruxelas, também na Europa oriental, sobretudo em Berlim (Ebeling) e em Moscow e Kiew trabalhavam químicos e físicos sobre fenômenos da auto-organização, nem sempre bem visto pela ciência oficial dos antigos regimes socialistas.

Também durante os anos 60 um físico, o alemão Hermann Haken, usou o conceito de autoorganização para elaborar uma teoria sobre o laser. Essa teoria, em seguido mais aprofundada ficou conhecida como sinergética, e logo foi ampliada para outros processo de formação espontânea de ordem na física, química ou biologia.

Manfred Eigen, um biólogo cujo o interesse de pesquisa era uma teoria da seleção no nível molecular, publicou em 1971 Molecular self-organization of matter and the evolution of biological macromolecules, onde ele interpreta a origem da vida e evolução como resultado de um processo de auto-organização, ou a transformação do caos molecular em vida ordenada Küppers 1987:13, vejo sobre a teoria do hipercíclo:

No campo da ecologia, Holling através da introdução dos conceitos stability e resilience, tentou fornecer uma explicação nova sobre os processos dinâmicos de sistemas ecológicos frente a uma perturbação externa.

Embora a maioria das teorias sobre auto-organização nas diversas disciplinas nasceram durante os anos 60, somente na primeiro metade dos anos 70 se deu o reconhecimento mútuo, que levou a uma discussão mais profundas sobre as categorias e a tentativas de formalização. Passando essa fase de adaptação entre as ciências, as novas idéias se tornaram conhecidas de um público maior a partir da segunda metade dos anos 70, quando elas deixaram a sua área de conhecimento onde foram gerados, para se submeter a aplicações em outras áreas aparentemente totalmente diferentes. Como exemplo pode-se citar aplicação dos conceitos da sinergia de Haken na economia e na ciência política e as adaptações das idéias da termodinâmica não-linear para a meteorologia e o desenvolvimento

urbano. A aceitação do novo paradigma da auto-organização se deve ao fato que ele consegui satisfazer uma demanda social que se formou frente e dentro de um *Zeitgeist*, que levantou pela primeira vez uma crítica ao dogma do crescimento econômico, que se colocou contra o centralismo administrativo e suas tendências da burocratização do mundo vivido, que se mostrou altamente preocupado com as tendências da espiral armamentista na Europa durante a guerra fria. Mais recentemente pode se acrescentar uma nova demanda devido ao fim do esquema tradicional esquerda *versus* direita após a queda do muro. Depois desse pequeno excurso voltamos para a teoria dos sistemas sociais.

A teoria dos sistemas sociais

Vamos começar a nossa introdução da teoria dos sistemas sociais com a apresentação de algumas categorias básicas dentro do discurso sistêmico.

Complexidade

Uma das carateristicas da sociedade moderna é a complexidade das suas relações sociais, isso significa o que era antes simples e entendível virou algo diferenciado e entrelaçado. A sociedade deixou de ser uma unidade e se diferenciou em várias unidades específicas e especializadas, que dependem uma das outra. Um aumento da complexidade da sociedade corresponde assim

- a <u>um aumento do grau da estratificação da sociedade</u>, isto se expressa no aumento da diferenciação funcional do sistema social e do número das dimensões de referência.
- a <u>um aumento das interligações</u>, isto se refere a um aumento das relações de interdependência entre as partes da sociedade e entre as partes e a sociedade como um todo.
- a <u>um aumento nas consequências de decisões</u>, isto diz respeito a número e peso de cadeias causais e suas consequências gerado por uma única decisão dentro de um determinado sistema social.

Contingência

Um outra categoria importante na linguagem das teoria de sistema é a da dupla contingência. Contingência nas palavras de Luhmann é "algo que não é necessário nem impossível, algo então que é (era ou será) assim como é mas também poderia ser diferente" (Luhmann 1984: 152). Traduzido para sistemas psíquicos ou sociais o problema da dupla contingência se transforma no dilema que *ego* não sabe como o *alter* reagirá em resposta a um dada atuação de *ego*. *Alter* e *ego* dispõem de vários alternativas de atuação. Um sistema social ou um indivíduo tende a interpretar o problema da contingência, isto é a variedade das alternativas de atuação com um grau de liberdade, liberdade de escolher entre várias alternativas de atuação. No papel de observador de um outro indivíduo ou sistema social o problema da contingência se coloca totalmente diferente, a liberdade de escolha do

sistema se transforma para o observador desse sistema em fonte de inseguranças e surpresas. A existência e o relacionamento das contingências dos diversos sistemas ao seu redor constitui para o sistema focal a complexidade do seu meio. Para poder enfrentar essa complexidade no seu meio o sistema é obrigado a corresponder com a elaboração de estruturas complexas que por sua vez pode aumentar a contingência do sistema e assim iniciar um processo evolutivo. Aqui vale resaltar que complexidade e contingência não são diretamente relacionadas, dentro de uma administração pública altamente formalizado e complexo - as relações internas não são de pouca contingência enquanto a relação entre Robinson e Sexta-Feira no seu primeiro encontro foi de pouca complexidade mas de alta contingência.

Conflitos

Além da necessidade de construir estruturas complexas que correspondem à complexidade do seu meio o sistema tem que reduzir essa complexidade no seu meio, através da seleção de dados conforme critérios de relevância estabelecidos dentro do sistema. Por outro lado, a contingência transformada em alternativas de atuação - obriga o sistema a selecionar as suas alternativas de atuação em relação ao seu meio. Os dois processos - a definição dos dados relevantes para o sistema (= uso dos recursos) - e - a seleção da alternativa de atuação (estratégia de atuação) - são fontes de conflitos dentro do sistema, sendo que os dois tipos de conflitos na realidade são entrelaçados, no sentido que eles formam circuitos recursivos. Uma vez selecionado os dados relevantes para o sistema, esses dados sofrem um "tratamento" dentro do sistema, podendo assim internamente aumentar a complexidade dentro do sistema - gerando várias alternativas de atuação - que por sua vez faz necessário novamente a seleção de uma alternativa de atuação. Um exemplo disso é o ato de pensar ou refletir de um sistema psíquico (=uma pessoa) que pode gerar varias estratégias alternativas, sendo que uma deve ser escolhida.

Sentido como fator ordenador do mundo

Podemos então resumir o nosso conhecimento sobre sistemas não-triviais. A complexidade intera do sistema possibilita sobre critérios de relevância redução da complexidade do seu meio através da seleção de dados relevantes, que internamente estão sendo processados de forma que se gera várias alternativas de atuação, que faz necessário a seleção de uma alternativa de atuação frente ao meio ambiente do sistema. Resta agora saber, qual é o critério (ou a força interna) que regula esse procedimento. O em outras palavras que substitui instinto e mera vontade de sobreviver - os critérios de regulação de sistemas trivais - nos sistemas não-triviais. A resposta da nova teoria dos sistemas é simples e complexa ao mesmo tempo. Conforme essa teoria o critério que regula os sistemas nãotriviais é o sentido, ou em outras palavras sistemas socais se organizam baseado no sentido. A noção comum de sentido é o critério que define os limites do sistema, um entendimento comum, sobre um

sentido, divide o mundo em algo que tem sentido e algo sem sentido. Mas sentido como a razão da seleção não é suficiente, ele precisa de apoio de outros fatores como normas, valores, metas, um conjunto que cria uma ordem de preferências de um sistema social, um complexo de mecanismos regulativos constituído com sentido e simbolicamente. Podemos então responder a pergunta de uma maneira diferente. A regulação da seleção de dados do meio por via de uma ordem de preferência formada por critérios de sentido é a condição da possibilidade da formação de um sistema. Como já foi dito, sistemas não-triviais tem a capacidade de reflexão, que significa a capacidade de elaborar internamente um modelo do seu meio e uma identidade própria. Sendo assim o sistema também tem a capacidade de definir e redefinir internamente o que é o sentido, que depois se torna a base da seleção para redução da complexidade do meio e da contingência interna. Sistemas sociais são assim constituído por sentido e constituem sentido ao mesmo tempo.

A relação sistema - meio

A interpretação de sistema como um rede de operações correspondente em diferença a operações não-correspondentes deixa clara a forte ligação entre sistema e meio na abordagem da nova teoria dos sistemas, onde a relação sistema meio se torna o objeto de estudo principal. Vamos então aprofundar um pouco a nossa abordagem sobre o meio. Primeiro, meio é sempre o meio relevante, isso quer dizer, relevante para o sistema, e essa relevância tem que se definir cada vez e constantemente. Segundo não existe um meio, mas diversos níveis de meio, com outras palavras o sistema tem que se relacionar com vários meios parciais. Terceiro, pessoas - sistemas psíquicos - fazem parte do sistema somente em certos contextos, em certos papéis, em certos motivos. Os membros - não confundir com elementos - de um sistema social - devido a sua importância para o sistema são definidos com mundo interior. O mundo interior é definido pelas relações que o sistema mantêm com os seus membros, cujas orientações diferentes e divergentes - devido as suas tarefas em função dos seus papéis fora do sistema - tem que ser coordenado sob o ponto de vista de uma atuação relevante para o sistema. Vale lembrar aqui que no entendimento da teoria dos sistemas o mundo interior é considerado meio para o sistema. Tudo que faz parte do sistema focalizado é denominado interno. Em correspondência a mundo interior, o mundo exterior inclui as relações externas do sistema. Relações externas que podem ser categorizadas em três dimensões:

- relações externas horizontais (com outros sistemas que fazem parte de um sistema maior por exemplo a relação Estado - Estado dentro da confederação brasileira);
- relações externas verticais (a relação com um sistema maior, por exemplo a relação Estado -União);
- relações laterais (relações com sistemas com que o sistema focalizado se encontra em um contexto secundário, por exemplo a relação de um Estado da União com um Estado estrangeiro).

As relações laterais são em geral muito inovadoras, devido ao fato que elas fogem da influência do sistema maior e forma as bases para ligações inter-sistêmicas (ou redes de sistemas) muito complexas.

Autopoiese e fechamento operacional

Antes de nos aprofundarmo na maneira como um sistema se relaciona com o seu meio, vamos tentar entender melhor o funcionamento de um sistema no seu interior. Como já foi mencionado na introdução a nova teoria dos sistemas foi influenciado pelos trabalhos sobre auto-organização nas ciências exatas. Um conceito chave nesse contexto é o da autopoieses, em que um sistema complexo reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios elementos. Essa abordagem nos levará também a uma outra resposta, que ficamos devendo até agora: quais são os elementos de um sistema social.

Uma primeira lição da autopoieses parece algo trivial, cada sistema tem que se preocupar primeiramente com a sua própria continuidade para poder entrar em contato com o seu meio. Um passo fundamental para possibilitar isso, é o fato de estabelecer limites, a definição clara, baseada em um consenso sobre o sentido que orienta os processos no interior do sistema. Enquanto a interpretação de uma pessoa como um sistema psíquico auto-poeitico ainda é - relativamente fácil - de acompanhar, afinal acontecimentos externos estimulam reações neuronais, sem aliás poder determinar o que acontece com os estímulos. Pensamentos não podem ser colocados dentro de um sistema psíquico nem podem ser observados de fora - nesse sentido não há nem input nem output. Para sistemas sociais essa analogia não é possível. A transferência do conceito da autopoiese para sistemas sociais, necessita de uma suposição muito importante. A interpretação de sistemas sociais não como algo composto de pessoas, mas algo composto por processamentos de comunicação. Sendo assim podemos postular, que a diferença entre sistemas psíquicos e sociais, é a forma como eles processam sentido, sentido entendido como critério de orientação para os membros do sistema. Enquanto pessoas processam sentido através de pensamentos e simulações, sistemas sociais processam sentido através de comunicação lingüística e simbólica, uma comunicação contínua - no sentido de subsequente e encadeamento - sem comunicação o sistema social deixa de existir. Dentro dessa interpretação a relação sistema meio é caraterizada por um acoplamento estrutural, significando que sistemas autopoieticos - isto é sistemas de estrutura determinada, e auto-regulativo - não podem ser determinados através de acontecimentos do meio, esses acontecimentos somente podem estimular operações internas próprias do sistema, cujo resultado - na sua maneira como ele se mostra para o meio não é previsível, mas contingente. As estruturas semânticas internas organizam as operações comunicativas interna de maneira recursiva ou autoreferencial. Desta maneira podemos chamar aquele sistema de autônomo que baseado em regulação auto-poietica mantém relações com o seu meio que

orientado por sua diferenciação principal e por seu *modus perandi*. Assim um sistema autônomo é independente do seu meio, o que diz respeito a sua estrutura básica da sua orientação interna e a forma de processar complexidade, mas dependente do seu meio no que diz respeito a dados e constelações que servem como base de informação para o sistema.

Teoria da sociedade

Conforme as definições básicas acima apresentadas, qual é o entendimento da teoria dos sistemas sobre a sociedade?

A sociedade é interpretada como um sistema social que se organiza baseado em sentido que dirige as operações básicas da comunicação social e a mantém contínuo. A sociedade não é um aglomerado de pessoas e não se explica pela atuação dos seus membros. A realidade social é algo que se constitui supra-individual. (por exemplo família e as influência externa que explicam o comportamento - pessoas iguais na Alemanha oriental e ocidental) .Tarefa de uma teoria da sociedade é então tentar através de **observação** descobrir a arquitetura dessa sociedade. Vale lembrar uma arquitetura resultado não da obra de um arquiteto mas de um processo de auto-organização.

Uma das caraterísticas que distingue a sociedade moderna das sociedades tradicionais é o fato que a ordem da sociedade não é mais resultado de uma determinação, seja ela dada por um divinidade máxima, seja ela resultado de uma tradição. Na sociedade moderna, a ordem da sociedade é algo possível de se construir (declaração dos direitos individuais, revolução francesa). Sendo assim não existe nenhuma garantia que as sociedades conseguem se dar conta dessa tarefa, de estabelecer uma ordem interna, aliás para a teoria dos sistemas, ordem é algo altamente improvável e sempre a exceção. Lembrando que o elemento básico da sociedade é a comunicação (= transferência de informação entendível, não consenso) e não a atuação (= atribuição de uma determinada comunicação a um determinado sistema social), e que a sociedade é definido como o amplo contexto completo das comunicações relevantes entre si e referencial entre si, a probabilidade da comunicação determina a probabilidade de sociedade.

Como já foi mencionado, as sociedades pré-modernas, se caraterizam pela diferenciação em segmentos ou camadas. A unidade principal dessas sociedades é o *oikos*, a casa.

Diferente disso as sociedades modernas, se caraterizam pela divisão social de trabalho, que leva a uma diferenciação funcional, surgem as diversas sub-sistemas da sociedade (estado, direito, ciência, economia, etc.) cada um caraterizado por um específico meio de comunicação simbolico (poder, dinheiro, verdade, etc.) e cada um elaborando uma racionalidade de fins (específica conforme das necessidade do sub-sistema). O problema das sociedades modernas, constitui-se agora no conflito entre racionalidade dos fins (nos sub-sistemas) e racionalidade sistêmica (para a sociedade ou em geral

para o sistema em que os sub-sistemas são integrados). A racionalidade individual se transforma em risco para a sociedade (todo mundo sabe o que fazer, mas ninguém tem conhecimento sobre os resultados dessa atuação).

O problema central da sociedade moderna se constitui então em criar mecanismos que possibilitam a integração dessas diversas racionalidades em favor de um entendimento sobre uma racionalidade do sistema como um todo. Que essa tarefa - tradicionalmente contribuído ao Estado ou ao Política - se concretiza é algo altamente improvável, por isso se justifica de falar em improbabilidade de ordem.

Teoria de sistemas e atuação do Estado

Na interpretação da teoria dos sistemas a sociedade moderna se transformou de hierárquico para uma que liga em rede os diversos sub-sistemas. Sendo que o própria sistema político é considerado como um sub-sistema da sociedade, que mantêm com os outros sistemas uma ligação horizontal. Isso é contra o pensamento comum que desde Maquiavel / Hobbes entendeu o Estado como algo hierarquicamente acima da sociedade com o direito e a legitimidade de intervir em todas as esferas da sociedade. Mas na realidade essa imagem já há tempo tem que ser revisada. O Estado se constitui hoje como um semi-soberano com a sua soberania limitada por dentro pela autonomia dos vários sub-sistemas da sociedade e por fora pela existência de instituições supra-nacionais. Essa perder de capacidade de intervenção devido a autonomia relativa dos sub-sistemas encontra no outro lado um forte demanda de atuação intervenção do Estado, que deviria se preocupar na medida possível de diminuir os riscos inerente da sociedade moderna. O que resta então para a política?

Aqui se dividem as posições dentro da teoria dos sistemas. Eles variam de uma posição muito firme no sentido de negar qualquer possibilidade de intervenção (Luhmann) até a procura de novas formas de intervenção, procurando alternativas para uma intervenção direta hierarquizada e para uma não intervenção no sentido de deixar o sistema a mercê da sua própria evolução.

Primeiro aceitar que mudanças nas sub-sistemas da sociedade não se dão mais via decreto, mas somente em conseqüência de mudanças próprios do sub-sistema. Em outras palavras faz se necessário mudar usando o *modus operandi* (= as estruturas e os padrões de comunicação) do sistema.

Isso significa sobretudo usar o mecanismo do acoplamento estrutural, isto é o fato que os diversos sistemas de uma sociedade são interligados e dependentes e acreditar na capacidade de sistema de processar operações transferenciais (= o sistema busca no meio informações sobre si mesmo sobre os resultados da sua atuação. Ele tenta se ver com os olhos do meio.

Segundo é necessário que sub-sistema entende que ele tem que seguir as condições mínimas de integração da sociedade, que significa nada mais, do que 'domesticar' um pouco a sua própria

racionalidade específica. Esse entendimento mútuo da responsabilidade para o sistema como todos, somente é possível como resultado de um processo discursivo, para que isso se torna possível cada subsistema tem que trabalhar nas suas capacidades cognitivas, no sentido de poder prever os riscos e perigos que possam resultar da sua atuação. A racionalidade do sistema existe nesse sentido somente como resultado de um entendimento reflexivo (=formação de consenso) das sistemas particulares.

fim da supremacia da política: p	ossibilidades e limites a	la intervenção do estado) na interpretação da t	eoria de sistemas
Paper do NAEA 102, Agosto de 1998				